



APLICANDO A LEI DO ANTIGO TESTAMENTO

ESCRITO POR PETER GOEMAN (B.A., M.DIV., TH.M., PH.D.), PROFESSOR DE HEBRAICO E ANTIGO TESTAMENTO NO SEMINÁRIO TEOLÓGICO SHEPHERDS (CAROLINA DO NORTE, EUA)

Em um artigo anterior, falamos que o crente do Novo Testamento não está sujeito à Lei do Antigo Testamento, nem mesmo aos Dez Mandamentos! Agora, antes de você me queimar numa estaca como herege, deixe-me continuar. O fato de nenhuma das leis legislar a nossa vida hoje não significa que não há proveito ou aplicação da Lei para nós. Na verdade, 2 Timóteo 3.16 deixa bastante claro que o Antigo Testamento é útil e proveitoso para os crentes do Novo Testamento. Então, como aplicamos as leis às nossas vidas hoje?

A fim de responder essa pergunta, lançamos um fundamento em nosso último artigo, destacando a função e a natureza da Lei. O ponto mais importante daquele artigo foi o seguinte: a Lei era uma aplicação específica de princípios da criação para a nação de Israel. Os Dez Mandamentos formam o alicerce desse objetivo porque eles formam a base a partir da qual os demais mandamentos lançam aplicações específicas. Se você se lembra, elaboramos o seguinte gráfico:



Se esse argumento geral for verdadeiro (o que ficará evidente quando lidarmos com cada um dos Dez Mandamentos especificamente), então podemos aplicar as leis do Antigo Testamento, uma vez que entendemos que refletem princípios da criação. Vamos examinar um exemplo.

Quando fizesse um voto ao Senhor seu Deus, você não deveria demorar para pagá-lo, pois ele se tornaria um pecado na sua vida e o Senhor Deus certamente o requereria de suas mãos. Todavia, se decidisse não fazer voto algum, essa escolha não seria pecado. Você precisava ser bastante cauteloso quanto ao que procedia dos seus lábios; precisava cumprir aquilo que voluntariamente prometeu ao Senhor seu Deus (Deuteronômio 23.21-23).

Se examinarmos a estrutura de Deuteronômio, veremos que Deuteronômio 23.15-24.7 nos fornece uma aplicação específica do oitavo mandamento (Deuteronômio 5.19): *Não furtarás*. “Furtar” significa, basicamente, tomar ou reter algo que pertence a outro; privar alguém de seus direitos a propriedade, seja ela tangível ou intangível. Esse princípio é infundido na criação e evidenciado ao Deus proibir o homem de comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal (Gênesis 2.17). Essa árvore em específico estava fora da jurisdição do homem e ele não tinha direito algum sobre ela. Mesmo assim, ele tomou do seu fruto.

Deuteronômio 23.21-23, dentro do seu contexto, fornecia uma aplicação específica a Israel de como deveriam se certificar de que não retinham algo que pertencia a Deus por direito (ou seja, que não furtariam de Deus). A aplicação para o crente é semelhante: ele estaria pecando se promettesse algo



ao Senhor e depois retivesse consigo o que prometeu. Essa é uma aplicação um tanto direta, mas o motivo por que ela se aplica a nós não é que estamos debaixo da Lei. Ao contrário, *ela se aplica a nós porque a Lei continua a treinar nossas mentes em como pensar apropriadamente sobre nosso relacionamento com o Criador.*

Essa é a rota de aplicação para o crente. É verdade, a Lei não legisla mais nossas vidas. No entanto, o Criador não muda e ele projetou o mundo para que nele vivêssemos seguindo certas diretrizes. A única maneira de penetrarmos o coração de Deus e vermos como ele deseja que vivamos é enxergando tudo por meio das lentes da Lei. As aplicações específicas podem variar de cultura para cultura (por exemplo, os véus de I Coríntios II), mas os princípios abrangentes da criação permanecem os mesmos.

Destacaremos mais exemplos de princípios da criação entretecidos com os mandamentos quando observamos cada um dos Dez Mandamentos individualmente. Agora, concluiremos com três princípios que devem nortear a forma como aplicarmos as leis do Antigo Testamento às nossas vidas.

Entenda Exatamente O Que A Lei Regulava na Nação de Israel

Às vezes, uma determinada lei pode ser complicada; portanto, é necessário um estudo cuidadoso para descobrirmos o que ela, de fato, legislava. Se não entendermos o que Israel estava obrigado a fazer, nossa aplicação será defeituosa.

Entenda A Realidade Teológica Fundamental por trás da Lei

Em I Coríntios 9.9 e I Timóteo 5.18, Paulo argumenta que um pastor tem direito de receber honorários com base no que a lei legislava, a saber, que um boi deveria receber sua devida recompensa (Deuteronômio 25.4). Paulo só pôde argumentar dessa maneira porque Deus incutiu na criação o princípio de que se deve receber retribuição por trabalho árduo. Paulo, portanto, ensina que não devemos reter aquilo que pertence a outro por direito (*Não furtarás*). Limitar a aplicação desse princípio da criação a um boi seria um terrível equívoco de interpretação.

Entender a realidade teológica fundamental (o princípio da criação) por trás de uma dada lei foi precisamente o que Jesus Cristo fez em Mateus 5. No decorrer de todo o capítulo, Jesus constantemente aponta para o fato de que existem realidades teológicas mais profundas que servem de alicerce para as leis. Enfatizar a mera letra da lei é, na realidade, ignorar a lei.

Aplique A Realidade Teológica à Sua Situação Específica

Deuteronômio 24.6 proibia o israelita de tomar pedras de moinho como penhor. Apesar de não ser pecado fazer um voto por alguma coisa, seria pecado roubar o meio de sobrevivência de outro indivíduo. A pedra de moinho era, de fato, o meio de sobrevivência para muitos israelitas. Desta feita, seria pecado privar alguém de seu meio de sobrevivência. Em nossos dias, podemos aplicar esse princípio de diversas formas: reter as ferramentas de um carpinteiro, o dinheiro, o veículo ou a casa de alguém, etc. O intuito da lei não se limitou a pedras de moinho. Ele possui aplicações muito mais amplas para as nossas vidas.